

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO – META FISCAL QUADRIMESTRAL

EXERCÍCIO DE 2008

Senhores Ministros,

O presente documento foi preparado com vistas ao cumprimento do § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais quadrimestrais, em audiência pública, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

2. Além disso, de acordo com o § 2º do art. 2º da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2008), que orientou a elaboração da proposta orçamentária para 2008, o Poder Executivo deverá encaminhar ao Congresso Nacional, no prazo de até três dias antes da referida audiência, ou até o último dia dos meses de maio, setembro e fevereiro, o que ocorrer primeiro, relatórios de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, com as justificativas de eventuais desvios e indicação de medidas corretivas adotadas.

3. Cumpre destacar, inicialmente, que a meta de superávit primário para o setor público consolidado estabelecida na LDO-2008 foi fixada em 3,80% do Produto Interno Bruto (PIB) para 2008, conforme disposto no Anexo de Metas Fiscais. Naquela oportunidade, a meta de superávit primário do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) para o exercício de 2008 foi estabelecida em 2,20% do PIB, o equivalente, à época, a R\$ 60,8 bilhões. A meta para as Empresas Estatais Federais não-financeiras, por sua vez, foi estabelecida em 0,65% do PIB (R\$ 18,0 bilhões). Assim, o esforço do Governo Federal em 2008 (Governo Central mais Empresas Estatais Federais) estava traduzido em um superávit primário de 2,85% do PIB, o equivalente a R\$ 78,8 bilhões (Tabela 1).



TABELA 1 - METAS DO SETOR PÚBLICO EM 2008

ABRANGÊNCIA	LDO 2008		LOA 2008 /1		Dec. 6.439/08		Dec. 6.468/08		Dec. 6.519/08		Dec. 6.589/08		Dec. 6.671/08		Realizado 2008 /2	
	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB
SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO	105,1	3,80	107,1	3,80	107,8	3,80	108,3	3,80	109,6	3,80	109,6	3,80	109,4	3,80	118,0	4,07
Governo Federal	78,8	2,85	80,4	2,85	80,9	2,85	81,2	2,85	82,2	2,85	82,2	2,85	82,1	2,85	85,3	2,94
- Governo Central	60,8	2,20	59,4	2,11	62,4	2,20	62,7	2,20	63,4	2,20	63,4	2,20	63,4	2,20	71,3	2,46
- Estatais Federais	18,0	0,65	20,9	0,74	18,4	0,65	18,5	0,65	18,7	0,65	18,7	0,65	18,7	0,65	14,0	0,48
PIB Nominal (R\$ milhões)	2.765.626		2.819.528		2.837.936		2.848.758		2.883.041		2.883.041		2.880.150		2.902.672	
<i>Memo:</i>																
PPI conforme Decretos de Programação	13,8	0,50	13,8	0,49	13,8	0,49	13,8	0,49	13,8	0,48	13,8	0,48	13,8	0,48	7,8	0,27

Elaboração: STN/MF

/1 O valor do PIB Nominal para 2008 constante da LOA 2008 foi estimado pelo Congresso Nacional.

/2 PIB realizado em 2008 é estimativa do Banco Central.

4. Apesar dos esforços dos Poderes Executivo e Legislativo, não foi possível a aprovação e a conseqüente sanção da Lei Orçamentária Anual de 2008 (LOA-2008) antes do início do exercício. Na ausência da Lei, foi necessário que o Poder Executivo editasse o **Decreto nº 6.394, de 12 de março de 2008**, em observância ao disposto no art. 72 da LDO-2008, estabelecendo cronograma provisório de empenho e de desembolso até a sanção da Lei Orçamentária.

5. Tal Decreto orientou a execução parcial das despesas orçamentárias até o final de março, quando então o Orçamento foi sancionado com a publicação da **Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008 (LOA-2008)**. Também durante o mês de março, com intuito de assegurar o cumprimento da meta de resultado primário do exercício, em atendimento aos arts. 8º e 9º da LRF, foi efetuada a avaliação das receitas e despesas primárias de execução obrigatória, com base nos valores realizados até o mês de fevereiro e parâmetros macroeconômicos atualizados.

6. No que se refere à revisão do cenário macroeconômico, em relação às estimativas constantes da LDO-2008, foi mantida a expectativa de crescimento real da economia, de 5,0%. Os índices de inflação e as taxas de juros, por seu turno, incorporaram as expectativas de mercado da época, compatíveis com as metas de inflação para o exercício, conforme orientação da política monetária vigente.



TABELA 2 - PARÂMETROS MACROECONÔMICOS

Período	Inflação - IGP/DI		Inflação - IPCA		Câmbio médio R\$/US\$	PIB			SELIC MÉDIA a.a.		PETRÓLEO BRENT	
	Var. Média	Var. Acum.	Var. Média	Var. Acum.		R\$ milhões	Varição Real	Deflator	Nominal	Real (IPCA)	US\$/bbl Média	Var. Média
LDO 2008 - Parâmetro de 08.11.2007	5,54%	4,00%	3,81%	4,20%	1,83	2.765.626,5	5,00%	4,24%	10,82%	6,36%	88,74	22,83%
PLOA 2008 - Parâmetro de 16.07.2007	3,97%	4,00%	3,61%	4,00%	1,98	2.744.830,0	5,00%	3,70%	10,10%	5,86%	72,73	7,64%
Dec 6.439/2008 - Parâmetro 17.03.2008	8,57%	5,65%	4,64%	4,50%	1,72	2.837.936,5	5,00%	5,63%	11,34%	6,54%	100,67	39,65%
Dec 6.468/2008 - Parâmetro 12.05.2008	9,20%	6,28%	4,97%	4,74%	1,71	2.848.757,7	5,00%	6,03%	12,28%	7,20%	110,86	53,78%
Dec 6.519/2008 - Parâmetro 10.07.2008	11,84%	11,41%	5,79%	6,40%	1,66	2.883.040,8	5,00%	7,31%	12,45%	5,69%	125,28	73,78%
Dec 6.589/2008 - Parâmetro 10.07.2008	11,84%	11,41%	5,79%	6,40%	1,66	2.883.040,8	5,00%	7,31%	12,45%	5,69%	125,28	73,78%
Dec 6.671/2008 - Parâmetro 10.11.2008	11,47%	10,95%	5,73%	6,40%	1,79	2.880.150,3	5,00%	7,17%	12,50%	5,73%	101,06	40,18%
Realizado 2008 /1	11,24%	9,11%	5,68%	5,90%	1,83	2.902.672,3	5,61%	5,80%	12,48%	6,21%	96,51	33,87%

Fonte: SPE. Elaboração: STN/Cesef

/1 O PIB utilizado nas divulgações mensais do Tesouro Nacional e do Banco Central foi de R\$ 2.902,7 bilhões no terceiro quadrimestre (valor preliminar estimado pelo Banco Central, posição de janeiro/08).

7. O resultado da reavaliação indicou a necessidade de limitação de empenho e de pagamento em R\$ 19,4 bilhões, relativamente ao autorizado na LOA-2008. Ressalte-se que dentro do limite global foram incluídas reservas de pagamento, no valor de R\$ 808,2 milhões, a serem apropriadas pelos órgãos de acordo com a necessidade de execução, mediante ato conjunto do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda.

8. O art. 9º da LRF estabelece que tal limitação deve ser distribuída entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União, de forma proporcional às reduções efetivadas. Assim, a limitação em relação à LOA-2008 que coube aos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e ao MPU foi de, respectivamente, R\$ 19,2 bilhões, R\$ 101,0 milhões, R\$ 90,0 milhões e R\$ 30,7 milhões.

9. A meta de resultado primário, fixada na LOA-2008 em 2,11% do PIB para o Governo Central e 0,74% do PIB para as Empresas Estatais Federais, foi restabelecida de acordo com o art. 2º da LDO-2008 em 2,20% do PIB e 0,65% do PIB. Em função da reestimativa do PIB nominal, o valor nominal da meta de superávit primário do Governo Federal para o ano foi fixada em R\$ 80,9 bilhões (2,85% do PIB), dos quais R\$ 62,4 bilhões (2,20% do PIB) para o Governo Central e R\$ 18,4 bilhões (0,65% do PIB), conforme apresentado na Tabela 3. Ressalta-se que o art. 3º da LDO-2008 estabelece que as despesas relativas ao Projeto-Piloto de Investimentos (PPI) terão tratamento destacado no resultado primário, até o limite de R\$ 13,8 bilhões em 2008, acrescido do valor de restos a

pagar que foram executados em 2008. Esses desembolsos são considerados como despesas primárias na apuração do resultado, porém a LDO-2008, nos termos do referido artigo, estabeleceu a possibilidade de dedução dos valores para aferição do cumprimento da meta estabelecida para o Governo Central.

10. Com a sanção da LOA-2008 e com base na reavaliação das receitas e despesas do exercício, o Poder Executivo publicou o **Decreto nº 6.439, de 22 de abril de 2008**, estabelecendo o cronograma de desembolsos mensais e os limites para movimentação e empenho das dotações orçamentárias dos órgãos, fundos e entidades do Poder Executivo. No mesmo ato, foram fixadas novas metas quadrimestrais para o resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social e de investimento das Empresas Estatais Federais (anexos IX e X), bem como previsão de receitas bimestrais (anexos VII e VIII).

11. Encerrado o 2º bimestre, foi procedida em maio à reavaliação das receitas e despesas primárias do Governo Federal, a partir dos dados realizados até o mês de abril, e dos parâmetros macroeconômicos atualizados. Destaca-se, neste caso, a manutenção da estimativa do crescimento real do PIB em 5,0% e a revisão do índice de inflação acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA) para 4,74%.

12. Foi possível a ampliação dos limites para movimentação e empenho e de pagamento em relação à 1ª avaliação bimestral, no montante de R\$ 4,6 bilhões, cabendo aos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e ao Ministério Público da União, respectivamente, R\$ 4,5 bilhões, R\$ 23,7 milhões, R\$ 21,1 milhões e R\$ 7,2 milhões. A recomposição para o Poder Executivo foi efetivada com a edição do **Decreto nº 6.468, de 30 de maio de 2008**.

13. A meta de resultado primário para o Governo Federal até agosto foi mantida em termos nominais em R\$ 64,7 bilhões, dos quais R\$ 54,4 bilhões relativos ao Governo Central e R\$ 10,3 bilhões a empresas estatais federais. Em decorrência da revisão da estimativa do valor nominal do PIB, a meta do Governo Federal para o ano foi fixada em R\$ 81,2 bilhões (2,85% do PIB), dos quais R\$ 62,7 bilhões (2,20% do PIB) para o Governo Central e R\$ 18,5 bilhões (0,65% do PIB) para as Empresas Estatais Federais.

14. Concluído o 3º bimestre, foi procedida em julho à reavaliação das receitas e despesas primárias do Governo Federal, a partir dos dados realizados até o mês de junho, e dos parâmetros macroeconômicos atualizados, compatíveis com a política econômica vigente. A previsão do crescimento real do PIB foi mantida em 5,0% e o índice de inflação acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA) foi revisado para 6,4%.

15. A revisão das estimativas de receita líquida de transferências a estados e municípios, exceto receitas previdenciárias, resultou em um crescimento de R\$ 9,9 bilhões em relação à 2ª avaliação bimestral. Esse crescimento foi concentrado nas receitas administradas pela RFB/MF e nas demais receitas não-administradas.

TABELA 3 - RESULTADO PRIMÁRIO DOS ORÇAMENTOS FISCAL, DA SEGURIDADE SOCIAL E DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - 2008

R\$ bilhões

DISCRIMINAÇÃO	LOA 2008		Dec. 6.439/08		Dec. 6.468/08		Dec. 6.519/08		Dec. 6.589/08		Dec. 6.671/08	
	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB
1. RECEITA TOTAL	525,8	18,65	527,2	18,58	543,4	19,07	553,7	19,21	560,0	19,42	562,6	19,53
1.1 Administrada pela RFB/MF /1	443,8	15,74	448,1	15,79	460,2	16,15	462,8	16,05	469,9	16,30	472,1	16,39
1.2 Receitas Não Administradas	80,1	2,84	76,8	2,71	80,9	2,84	88,7	3,08	87,8	3,05	88,2	3,06
1.3 Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	1,9	0,07	2,3	0,08	2,2	0,08	2,3	0,08	2,3	0,08	2,3	0,08
2. TRANSF. A EST. E MUNIC.	124,0	4,40	122,1	4,30	126,5	4,44	127,0	4,41	127,4	4,42	127,8	4,44
2.1 FPE/FPM/IFI Est. Exp.	97,8	3,47	97,3	3,43	100,7	3,53	99,8	3,46	101,7	3,53	102,1	3,55
2.2 Demais	26,2	0,93	24,8	0,88	25,9	0,91	27,3	0,95	25,7	0,89	25,7	0,89
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	401,9	14,25	405,1	14,27	416,8	14,63	426,7	14,80	432,6	15,00	434,8	15,10
4. DESPESAS	318,6	11,30	316,0	11,14	329,9	11,58	324,8	11,26	330,6	11,47	333,3	11,57
4.1 Pessoal	126,9	4,50	126,9	4,47	134,4	4,72	133,3	4,63	133,4	4,63	133,5	4,64
4.2 Outras Correntes e de Capital	191,7	6,80	189,2	6,67	195,4	6,86	191,4	6,64	197,3	6,84	199,8	6,94
4.2.1 Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	1,9	0,07	2,3	0,08	2,2	0,08	2,3	0,08	2,3	0,08	2,3	0,08
4.2.2 Não-Discrecionárias	54,1	1,92	70,6	2,49	72,4	2,54	67,2	2,33	67,8	2,35	66,2	2,30
4.2.3 Discrecionárias - Todos os Poderes	135,7	4,81	116,3	4,10	120,8	4,24	122,0	4,23	127,2	4,41	131,3	4,56
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB /2	nd	nd	nd	nd	nd	nd	14,2	0,49	14,2	0,49	14,2	0,49
6. RESULTADO DO TESOURO (3-4-5)	83,3	2,95	89,1	3,14	87,0	3,05	87,7	3,04	87,7	3,04	87,3	3,03
7. RESULTADO DA PREVIDÊNCIA (7.1 - 7.2)	-37,7	(1,34)	-40,5	(1,43)	-38,1	-1,34	-38,1	-1,32	-38,1	-1,32	-37,8	-1,31
7.1 Arrecadação Líquida INSS	161,7	5,74	159,9	5,63	162,0	5,69	162,0	5,62	163,7	5,68	163,7	5,68
7.2 Benefícios da Previdência	199,4	7,07	200,4	7,06	200,1	7,03	200,1	6,94	201,8	7,00	201,4	6,99
8. AJUSTE METODOLÓGICO - ITAIPU /3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA /4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10. RESULTADO PRIMÁRIO DO OF E DO OSS (6+7+8+9) /5	45,6	1,62	48,6	1,71	48,8	1,71	49,6	1,72	49,6	1,72	49,5	1,72
11. RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS /5	21,0	0,74	18,4	0,65	18,5	0,65	18,7	0,65	18,7	0,65	18,7	0,65
12. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO FEDERAL (10+11)	66,6	2,36	67,1	2,36	67,4	2,36	68,3	2,37	68,3	2,37	68,3	2,37
13. AÇÕES SELECIONADAS NOS TERMOS DO ART.3º DA LEI Nº 11.439, DE 2006	13,8	0,49	13,8	0,49	13,8	0,49	13,8	0,48	13,8	0,48	13,8	0,48
14. RESULTADO PRIMÁRIO PARA FINS CUMPRIMENTO LDO 2008 (12+13)	80,4	2,85	80,9	2,85	81,2	2,85	82,2	2,85	82,2	2,85	82,1	2,85

Elaboração: STN/MF

/1 Receita Administrada líquida de restituições e incentivos fiscais.

/2 Despesa correspondente à integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

/3 Recursos referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

/4 Diferença entre o primário apurado pelo Banco Central e o primário apurado pela STN (excluído Itaipu).

/5 Realizado fonte: Banco Central.

16. As despesas primárias de execução obrigatória, exceto as relativas ao RGPS, sofreram decréscimo, no montante de R\$ 6,3 bilhões, explicado, principalmente, pela redução nas despesas de pessoal e encargos sociais, subsídios e subvenções econômicas e créditos extraordinários.

17. Em relação ao resultado do RGPS, foi mantida constante a projeção do Decreto nº 6.468, de 2008. Diante da combinação dos fatores citados acima, foi possível a ampliação dos limites para movimentação e empenho e de pagamento em relação à 2ª avaliação bimestral, no montante de R\$ 15,4 bilhões, cabendo aos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e ao Ministério Público da União, respectivamente, R\$ 15,2 bilhões, R\$ 80,0 milhões, R\$ 71,3 milhões e R\$ 24,4 milhões. Cumpre ressaltar que, desta ampliação, R\$ 14,2 bilhões serviram de suporte para viabilização do Fundo Soberano do Brasil - FSB, criado pela Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008.

18. A recomposição para o Poder Executivo foi efetivada com a edição do **Decreto nº 6.519, de 30 de julho de 2008**. Em decorrência da revisão da estimativa do valor nominal do PIB, a meta do Governo Federal para o ano foi fixada em R\$ 82,2 bilhões (2,85% do PIB), dos quais R\$ 63,4 bilhões (2,20% do PIB) para o Governo Central e R\$ 18,7 bilhões (0,65% do PIB) para as Empresas Estatais Federais.

19. Encerrado o 4º bimestre, foi procedida em setembro a reavaliação das receitas e despesas primárias do Governo Federal, a partir dos dados realizados até o mês de agosto e dos parâmetros macroeconômicos atualizados, compatíveis com a política econômica vigente. A projeção para os parâmetros econômicos constantes da avaliação anterior foi mantida, à exceção do preço médio para o barril de petróleo. Com isso, a previsão do crescimento real do PIB foi mantida em 5,0% e o índice de inflação acumulado (IPCA) foi mantido em 6,4%.

20. Em relação à previsão anual das receitas administradas pela RFB/MF, exceto a Contribuição para o RGPS, houve acréscimo de R\$ 7,1 bilhões, principalmente devido à arrecadação efetivamente verificada até agosto. Tal reprojeção teve como destaque a reavaliação do IR (incremento de R\$ 5,1 bilhões), do Imposto de Importação – II (aumento de R\$ 846,4 milhões), do IPI (acréscimo de R\$ 476,0 milhões), do IOF (crescimento de R\$ 446,2 milhões) e CSLL (incremento de R\$ 263,9 milhões).

21. A reestimativa das demais receitas primárias do Governo Central, exclusive a Contribuição para o RGPS, indicou um decréscimo da ordem de R\$ 0,8 bilhão. Por um lado, projetou-se receita de Cota-Parte de Compensações Financeiras inferior em R\$ 2,1 bilhões. O Salário-Educação também sofreu redução na sua reestimativa da ordem de R\$ 0,4 bilhão. Na direção contrária, a receita própria, as taxas e demais receitas vinculadas do Governo Central sinalizaram uma elevação de R\$ 1,4 bilhão, compensando em parte os decréscimos antes mencionados.

22. O aumento no valor projetado nas transferências constitucionais em R\$ 371,0 milhões deveu-se, sobretudo, ao incremento de R\$ 5,1 bilhões na previsão das receitas de IR e de R\$ 476,0 milhões do IPI, em parte compensado pela queda de R\$ 1,3 bilhão nas transferências de compensações financeiras e de R\$ 216,2 milhões do Salário-Educação.

23. A projeção das despesas obrigatórias, exceto RGPS, sofreu acréscimo de R\$ 0,7 bilhão em relação ao Decreto nº 6.519, de 2008. As principais variações foram: i) R\$ 58,3 milhões nas despesas do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, explicada pela revisão dos valores relativos à Receita Corrente Líquida – RCL do período de julho de 2005 a junho de 2006, parâmetro esse necessário ao cálculo dos valores a serem repassados ao FCDF, conforme a Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002; ii) R\$ 514,2 milhões nas despesas com créditos extraordinários, em função da revisão na previsão de pagamentos para o exercício; e iii) R\$ 80,0 milhões nas despesas com créditos adicionais para os Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público da União a serem abertos: construção da sede do Tribunal Superior Eleitoral - TSE em Brasília, no valor de R\$ 26,0 milhões; gastos com segurança nas eleições, de R\$ 42,0 milhões; modernização do sistema de votação e apuração da Justiça Eleitoral, R\$ 5,0 milhões; construção da sede do Tribunal Regional do Trabalho - TRT em Campo Grande, no valor de R\$ 7,0 milhões.

24. Em relação ao RGPS, a projeção das receitas foi alterada em função da arrecadação efetivamente observada até agosto, acima das previsões anteriores. As despesas com benefícios também foram revistas dada a execução verificada. Diante disso, houve acréscimo na projeção da receita e da despesa do RGPS da ordem de R\$ 1,6 bilhão, mantendo-se, assim, o déficit praticamente inalterado.

25. Diante da combinação dos fatores citados acima, foi possível a ampliação dos limites para movimentação e empenho e de pagamento em relação à 3ª avaliação bimestral, no montante de R\$ 5,1 bilhões. Tal ampliação foi concedida integralmente ao Poder Executivo, haja vista que naquela reavaliação, em conformidade com o art. 9º da LRF, houve a recomposição integral da redução efetivada nos Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público da União quando da primeira avaliação.

26. A recomposição para o Poder Executivo foi efetivada com a edição do **Decreto nº 6.589, de 1º de outubro de 2008**. A meta de resultado primário para o Governo Federal no ano foi mantida em termos nominais em R\$ 82,2 bilhões (2,85% do PIB), dos quais R\$ 63,4 bilhões (2,20% do PIB) para o Governo Central e R\$ 18,7 bilhões (0,65% do PIB) para as Empresas Estatais Federais.

27. Encerrado o 5º bimestre de 2008, foi efetuada a reavaliação das receitas e despesas primárias de execução obrigatória, com base nos valores realizados até o mês de outubro e parâmetros macroeconômicos atualizados, compatíveis com a política econômica vigente. A reavaliação possibilitou a ampliação dos limites para movimentação e empenho e de pagamento em relação à 4ª avaliação bimestral, no montante de R\$ 4,1 bilhões. A recomposição integral para o Poder Executivo foi efetivada com a edição do **Decreto nº 6.671, de 1º de dezembro de 2008**.

28. Em relação às variáveis macroeconômicas, pequenas variações na projeção dos parâmetros econômicos foram observadas, das quais se destacam o preço médio do barril de petróleo, o valor do PIB nominal, bem como a taxa de câmbio média de R\$ 1,79 por unidade de dólar, conquanto tenham sido incorporadas as últimas estimativas do mercado.

29. A revisão das estimativas de receita líquida de transferências a estados e municípios, exceto contribuição ao RGPS, resultou em crescimento de R\$ 2,2 bilhões em relação à reavaliação do 4º bimestre, concentrado nas receitas administradas pela RFB/MF e na Receita Própria dos Órgãos e das Demais Receitas.

30. As despesas primárias de execução obrigatória, exceto as relativas ao RGPS, sofreram decréscimo de R\$ 1,6 bilhão, explicado, principalmente pela rubrica subsídios e subvenções econômicas, em decorrência do retorno de operações de financiamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND superior à previsão de desembolsos para o exercício.

31. Em relação ao resultado do RGPS, a projeção indicou redução de R\$ 344,2 milhões no déficit em relação à projeção constante da reavaliação do 4º bimestre de 2008.

32. Em decorrência da revisão da estimativa do valor nominal do PIB, a meta de resultado primário para o Governo Federal no ano foi fixada em termos nominais em R\$ 82,1 bilhões (2,85% do PIB), dos quais R\$ 63,4 bilhões (2,20% do PIB) para o Governo Central e R\$ 18,7 bilhões (0,65% do PIB) para as Empresas Estatais Federais.

33. Assim como na avaliação anterior, a ampliação de R\$ 4,1 bilhões foi destinada integralmente ao Poder Executivo, haja vista que a limitação estabelecida aos outros Poderes já havia sido totalmente recomposta desde a avaliação do 3º bimestre.

34. A seguir, apresenta-se a avaliação do cumprimento da meta de resultado primário do exercício de 2008 para o conjunto dos orçamentos fiscal e da seguridade social (Governo Central), e das empresas estatais federais não financeiras. Apresentam-se também as justificativas dos principais desvios observados nas receitas e nas despesas, em relação ao previsto à época da publicação do Decreto nº 6.589, de 2008.

35. Ao final, nos anexos a este relatório, apresentam-se informações para cumprimento do disposto no § 3º do art. 2º da LDO-2008. No anexo 1, os parâmetros constantes do inciso XXXII do Anexo II da LDO-2008, esperados e efetivamente observados, para o quadrimestre e para o ano. No anexo 2, o estoque e o serviço da dívida pública federal, comparando a observada ao final do exercício com a do início do exercício e a do final do quadrimestre anterior. No anexo 3, o resultado primário obtido até o quadrimestre, discriminando, em milhões de reais, receitas e despesas, obrigatórias e discricionárias, no mesmo formato da previsão atualizada para todo o exercício.

EXERCÍCIO DE 2008

CUMPRIMENTO DA META FISCAL

36. O valor da meta de resultado primário do Governo Federal estabelecida no último Decreto de Programação Orçamentária e Financeira de 2008 - Decreto nº 6.671, de 2008, foi de R\$ 82,1 bilhões, dos quais R\$ 63,4 bilhões relativos ao Governo Central e de R\$ 18,7 bilhões para as empresas estatais federais não-financeiras. A LDO-2008 possibilita ainda, através de seu art. 3º, a redução desta meta no montante correspondente às despesas de investimento (ótica de caixa) realizadas ao amparo do Projeto Piloto de Investimentos (PPI), limitado ao total R\$ 13,8 bilhões no ano, acrescido do valor de restos a pagar que foram executados em 2008.



TABELA 4 - COMPARATIVO METAS VERSUS REALIZADO DO GOVERNO FEDERAL 2008
Decretos de Programação Financeira 6.589 e 6.671, de 2008

R\$ milhões

INDICADORES	Metas		Realizado Jan-Dez [C] ¹	Desvio		Desvio	
	Jan-Dez Dec. 6.589 [A]	Jan-Dez Dec. 6.671 [B]		[C]-[A]	[C]/[A] %	[C]-[B]	[C]/[B] %
1. RECEITA TOTAL	559.991	562.628	554.087	(5.904)	-1,1%	(8.541)	-1,5%
1.1 Receita Administrada pela RFB/MF /2	469.859	472.114	466.336	(3.523)	-0,7%	(5.778)	-1,2%
1.2 Receitas Não-Administradas RFB/MF	87.847	88.229	85.913	(1.934)	-2,2%	(2.316)	-2,6%
1.3 Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	2.285	2.285	1.838	(447)	-19,6%	(447)	-19,6%
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	127.405	127.796	127.385	(19,9)	-0,02%	(411)	-0,3%
2.1 FPE/FPM/IFI-EE	101.694	102.127	101.881	187	0,2%	(246)	-0,2%
2.2 Demais	25.711	25.669	25.504	(207)	-0,8%	(165)	-0,6%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	432.586	434.832	426.702	(5.884)	-1,4%	(8.130)	-1,9%
4. DESPESAS	330.619	333.273	304.850	(25.769)	-7,8%	(28.423)	-8,5%
4.1 Pessoal e Encargos Sociais	133.356	133.506	132.405,8	(950,6)	-0,7%	(1.099,8)	-0,8%
4.2 Outras Despesas Correntes e de Capital	197.263	199.767	172.444,1	(24.819)	-12,6%	(27.323)	-13,7%
4.2.1 Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	2.285	2.285	1.837,7	(447)	-19,6%	(447)	-19,6%
4.2.2 Não-Discrecionárias	67.802	66.201	61.981,1	(5.820)	-8,6%	(4.220)	-6,4%
4.2.3 Discrecionárias - Todos os Poderes	127.177	131.281	108.625	(18.551)	-14,6%	(22.656)	-17,3%
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB /3	14.244	14.244	14.244	-	0,0%	-	0,0%
6. RESULTADO DO TESOURO (3-4-5)	87.723	87.315	107.608	19.885	22,7%	20.293	23,2%
7. RESULTADO DA PREVIDÊNCIA (7.1-7.2)	(38.120)	(37.776)	(36.207)	1.913	-5,0%	1.569	-4,2%
7.1 Arrecadação Líquida INSS	163.673	163.673	163.355	(318,2)	-0,2%	(318,2)	-0,2%
7.2 Benefícios da Previdência	201.793	201.449	199.562	(2.231,4)	-1,1%	(1.887,2)	-0,9%
8. Ajuste Metodológico - Itaipu /4	-	-	1.229	1.229		1.229	
9. Discrepância Estatística /5	-	-	(1.322)	(1.322)		(1.322)	
10. RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL (6+7+8+9) /6	49.603	49.539	71.308	21.705	43,8%	21.769	43,9%
11. AÇÕES SELECIONADAS NOS TERMOS DO ART.3º DA LEI Nº 11.514, DE 2007 (PPI)	13.824	13.824	7.837	(5.987)	-43,3%	(5.987)	-43,3%
12. META E RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL /7	63.427	63.363	71.308	7.881	12,4%	7.945	12,5%
13. RESULTADO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS /6	18.740	18.721	14.036	(4.704)	-25,1%	(4.685)	-25,0%
14. META E RESULTADO DO GOVERNO FEDERAL (12+13) /7	82.167	82.084	85.344	3.177	3,9%	3.259	4,0%
15. META PARA FINS DE CUMPRIMENTO DA LDO 2008 E RESULTADO DO GOVERNO FEDERAL /8 (*)	74.329	74.247	85.344	11.014	14,8%	11.097	14,9%
(*) Memo :							
Projeto Piloto de investimentos públicos	13.824	13.824	7.837	-5.987	-43,3%	-5.987	-43,3%
Meta Resultado primário ajustado para fins de cumprimento das metas fiscais /7	74.329	74.247	85.344	11.014	14,8%	11.097	14,9%
- Governo Central (menos "ajuste metodológico - Itaipu")	55.590	55.526	70.079	14.489	26,1%	14.553	26,2%
- Estatais Federais (mais "ajuste metodológico - Itaipu")	18.740	18.721	15.265	-3.475	-18,5%	-3.456	-18,5%

Elaboração: STN/MF

/1 Realizado fontes: STN/MF e Banco Central.

/2 Receita Administrada líquida de restituições e incentivos fiscais.

/3 Recursos referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

/4 Despesa correspondente à integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

/5 Diferença entre o primário apurado pelo Banco Central e o primário apurado pela STN (excluído Itaipu).

/6 Realizado fonte: Banco Central.

/7 Meta considerando a possibilidade de abatimento do PPI a critério do Poder Executivo, conforme previsto no art. 3º da LDO/2008. Realizado efetivo divulgado pelo Banco Central.

/8 Para fins do cumprimento das metas fiscais, retira-se do montante previsto de R\$ 64,7 bilhões, constante do Decreto nº 6.468/2008, o total de R\$ 7,8 bilhões correspondente às despesas do PPI realizadas até o segundo quadrimestre de 2008 (ótica de caixa).

Obs: Tesouro inclui resultado do Banco Central e operações do FGTS previstas na Lei Complementar 110/2001.

37. O superávit primário obtido pelo Governo Federal no exercício de 2008 foi de R\$ 85,3 bilhões superando, portanto, em R\$ 3,2 bilhões a meta estabelecida, independentemente da possibilidade de ajuste pelo PPI conforme disposto na LDO-2008. Cabe ressaltar o impacto primário de R\$ 14,2 bilhões ocorrido em dezembro decorrente da operação de integralização de cotas do Fundo de Fiscal de Investimento e Estabilização (FFIE) pelo Fundo Soberano do Brasil (FSB).

38. O resultado referente ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (Governo Central) foi superavitário em R\$ 71,3 bilhões e o resultado referente ao Programa de Despesas Globais (empresas estatais federais não-financeiras) foi superavitário em R\$ 14,0 bilhões. As despesas do PPI realizadas no período totalizaram R\$ 7,8 bilhões.

39. A Tabela 4 acima apresenta o detalhamento do resultado obtido no período, em comparação ao disposto nos anexos IX e X do Decreto nº 6.589, de 2008. Comprova-se, assim, o pleno cumprimento da meta de superávit primário do Governo Federal no período em avaliação, ressaltando-se o disposto no § 1º do art. 2º da LDO-2008, que permite a compensação entre as metas estabelecidas para o Governo Central e para as empresas estatais federais não-financeiras. Além disso, ressalta-se que o resultado primário atingido pelo Governo Federal no ano de 2008 contribuiu com 60,4% do superávit global do setor público não-financeiro consolidado, que perfaz, no período, R\$ 118,0 bilhões.

40. Não obstante a possibilidade de compensação entre os resultados do Governo Central e das empresas estatais federais, deve-se esclarecer que na fixação da meta de resultado primário das empresas estatais considera-se a programação de resultado de Itaipu Binacional em sua totalidade. No entanto, na apuração do resultado primário, recursos referentes à amortização de contratos dessa empresa com o Tesouro Nacional estão ingressando na conta única da União, sendo contabilizados, pelo critério “abaixo-da-linha”, como resultado do Governo Central. Assim, para a avaliação do cumprimento das metas neste relatório, está sendo excluído do resultado primário do Governo Central o valor de R\$ 1,2 bilhão, a título de “ajuste metodológico – Itaipu”, e incluído como resultado das estatais federais, conforme apresentado na tabela 4.

41. Com esse ajuste, o resultado primário do Governo Central atingiu R\$ 70,1 bilhões. Por sua vez, as estatais federais apresentaram superávit de R\$ 15,3 bilhões. O efeito, todavia, é nulo no que se refere ao superávit primário do Governo Federal, na medida em que, em seu conjunto, o superávit primário atingido no ano permanece em R\$ 85,3 bilhões. Esse resultado, juntamente com os obtidos pelos governos subnacionais e suas empresas estatais, contribuiu decisivamente para que a relação dívida/PIB do setor público consolidado encerrasse o ano em 36,0%, frente o percentual de 42,0% ao final de 2007.

EXERCÍCIO DE 2008

JUSTIFICATIVA DOS DESVIOS OBSERVADOS

42. Conforme apresentado na seção anterior, o superávit primário obtido pelo Governo Federal no exercício de 2008 foi de R\$ 85,3 bilhões. Para este resultado, o Governo Central contribui com um superávit de R\$ 71,3 bilhões e as empresas estatais federais não financeiras com superávit de R\$ 14,0 bilhões.

43. O critério adotado para apresentação dos resultados realizados refere-se à metodologia “abaixo-da-linha” adotada pelo Banco Central, conforme definido na Mensagem Presidencial de encaminhamento do PLOA-2008, em atendimento ao art. 12, IV, da LDO-2008. Os itens desagregados de receita e despesa são aqueles divulgados pelo Tesouro Nacional sob o critério “acima-da-linha”. A compatibilização dos resultados é feita acrescentando-se uma linha de “discrepância estatística” decorrente da diferença entre os valores apurados pelas duas metodologias. Ademais, passou-se a explicitar a fonte de discrepância estatística com o resultado apurado pelo Banco Central, decorrente da amortização de dívida de Itaipu com o Tesouro, que totalizou R\$ 1,2 bilhão em 2008. Para fins de compatibilização entre os resultados “acima” e “abaixo-da-linha”, foi efetuado ajuste metodológico que deduz esse montante da discrepância atual apurada pelo Banco Central. No ano de 2008, a “discrepância estatística” registrada (não explicada pelo ajuste metodológico – Itaipu) para o Governo Central foi de R\$ 1,3 bilhão.

44. Os principais aspectos do resultado primário obtido pelo Governo Central no exercício de 2008, relativamente às estimativas que compuseram a meta indicada no Decreto nº 6.589, de 2008, são os seguintes: i) as receitas líquidas do Tesouro Nacional (incluindo as do Banco Central) foram inferiores em R\$ 5,9 bilhões (desvio de 1,4%); ii) as despesas do Tesouro Nacional ficaram R\$ 25,8 bilhões abaixo do previsto (desvio de 7,8%); iii) o déficit da Previdência Social ficou em R\$ 36,2 bilhões, inferior em R\$ 1,9 bilhão (desvio de 5,0%).

45. As receitas totais do Tesouro Nacional (líquidas de restituições e incentivos fiscais) atingiram R\$ 554,1 bilhões no ano, face à estimativa de R\$ 560,0 bilhões. As receitas administradas ficaram R\$ 3,5 bilhões abaixo da previsão (desvio de 0,7%), as não administradas ficaram R\$ 1,9 bilhão abaixo da estimativa (desvio de 2,2%) e as referentes a contribuições ao FGTS, no âmbito da Lei Complementar nº 110, de 2001, foram inferiores em R\$ 447,0 milhões (desvio de 19,6%).

46. Entre as receitas administradas, os principais tributos que apresentaram ingressos superiores às projeções em 2008 foram: i) IRRF – Rendimentos do Trabalho, com arrecadação de R\$ 2,9 bilhões acima do previsto (desvio de 7,6%); ii) Imposto sobre a Importação, R\$ 1,6 bilhão superior ao projetado (desvio de 10,3%); iii) IRRF – Remessas para o Exterior, R\$ 908,9 milhões acima da previsão (desvio de 10,1%); e iv) IRRF – Rendimentos do Capital, superior em R\$ 837,0 milhões (desvio de 3,4%). Contribuíram, ainda, para o desvio observado nas receitas administradas, tributos que apresentaram ingressos inferiores ao projetado no Decreto nº 6.589, de 2008, com destaque para: i) IR – Pessoa Jurídica, com arrecadação de R\$ 4,3 bilhões abaixo da previsão (desvio de 5,0%); ii) COFINS, com R\$ 2,1 bilhões aquém do previsto (desvio de 1,7%); iii) IPI, inferior em R\$ 1,9 bilhão à previsão (desvio de 4,8%); e iv) CSLL, R\$ 977,4 milhões inferior ao projetado (desvio de 2,1%).

TABELA 5 - COMPARATIVO META VERSUS REALIZADO 2008
RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB/MF, EXCLUSIVE CONTRIBUIÇÃO RGPS
Decreto de Programação Financeira 6.589, de 2008

RECEITAS ADMINISTRADAS RFB/MF	Metas Jan-Dez [A]	Realizado Jan-Dez [B]	Desvio	
			[B]-[A]	[B]/[A] %
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	15.569	17.171	1.602	10,3%
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	35	37	2	4,5%
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	39.249	37.361	(1.888)	-4,8%
I.P.I. - FUMO	3.280	3.211	(68)	-2,1%
I.P.I. - BEBIDAS	2.722	2.489	(232)	-8,5%
I.P.I. - AUTOMÓVEIS	6.909	6.032	(877)	-12,7%
I.P.I. - VINCULADO À IMPORTAÇÃO	9.339	10.351	1.012	10,8%
I.P.I. - OUTROS	17.001	15.278	(1.723)	-10,1%
IMPOSTO SOBRE A RENDA	178.676	179.249	574	0,3%
I.R. - PESSOA FÍSICA	15.145	15.048	(97)	-0,6%
I.R. - PESSOA JURÍDICA	85.691	81.414	(4.277)	-5,0%
I.R. - RETIDO NA FONTE	77.839	82.787	4.948	6,4%
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO TRABALHO	38.430	41.346	2.916	7,6%
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO CAPITAL	24.748	25.585	837	3,4%
I.R.R.F. - REMESSAS PARA O EXTERIOR	9.023	9.932	909	10,1%
I.R.R.F. - OUTROS RENDIMENTOS	5.638	5.924	286	5,1%
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	20.838	20.340	(498)	-2,4%
I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	415	465	50	12,0%
CPMF - CONTRIB. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	1.060	1.109	49	4,7%
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	123.992	121.924	(2.068)	-1,7%
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	31.890	31.516	(374)	-1,2%
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	45.591	44.613	(977)	-2,1%
CIDE - COMBUSTÍVEIS	5.938	5.944	6	0,1%
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAP	249	252	3	1,3%
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	6.356	6.354	(2)	0,0%
RECEITAS DE LOTERIAS	1.984	2.045	61	3,1%
CIDE-APOIO TECNOLÓGICO	844	921	77	9,2%
DEMAIS	3.529	3.389	(140)	-4,0%
TOTAL	469.859	466.337	(3.522)	-0,7%

Fonte: RFB/MF, exclusive incentivos fiscais. Elaboração: STN/MF

47. O excedente na arrecadação de IRRF – Rendimentos do Trabalho em relação à previsão é explicado pelo crescimento da massa salarial e pela maior lucratividade das empresas do setor financeiro, que elevou a distribuição da participação nos lucros ou resultados (PLR). Por sua vez, a arrecadação do Imposto sobre a Importação acima do projetado é reflexo principalmente da conjugação dos seguintes fatores: elevação de 43,88% no valor em dólar das importações e de 4,13% na alíquota média efetiva do imposto. O excedente da arrecadação do IRRF – Rendimentos de Capital decorre do aumento do resgate de aplicações em renda fixa e de operações de swap. Por outro lado, os resultados inferiores às projeções obtidos para IR – Pessoa Jurídica, IPI e CSLL refletem a redução da atividade econômica, apontada pela piora de indicadores macroeconômicos nos meses de novembro e dezembro de 2008. Por fim, em relação à queda observada na arrecadação do PIS/Pasep e da Cofins, o fator preponderante do desvio foi a compensação, no mês de dezembro, de pagamentos indevidos ou a maior realizados em períodos anteriores.

48. As receitas não-administradas atingiram o montante de R\$ 85,9 bilhões, inferior em R\$ 1,9 bilhão ao estimado pelo Decreto nº 6.589, de 2008 (desvio de 2,2%), em função, principalmente, do comportamento das receitas provenientes de alienação de ativos e das receitas de concessões. Quanto às receitas advindas de operações de ativos, previa-se ingresso de recursos no montante de R\$ 3,0 bilhões, os quais não ocorreram. Em compensação, a arrecadação de concessões excedeu a estimativa em R\$ 1,2 bilhão devido ao pagamento por operadoras de telefonia celular relativo às licenças para exploração da banda de terceira geração - 3G, não previsto no Decreto de referência.

49. As transferências a estados e municípios ficaram R\$ 19,9 milhões abaixo do projetado (desvio de 0,02%), provenientes do resultado maior que o esperado em R\$ 186,6 milhões para o agregado dos Fundos Constitucionais FPE e FPM e IPI-Estados Exportadores, do resultado menor que o projetado para Salário-Educação (R\$ 86,7 milhões) e superior ao projetado para o resultado dos Fundos Regionais (R\$ 112,1 milhões), o que reduz as transferências líquidas aos fundos na mesma magnitude.

50. Os gastos do Tesouro Nacional, incluindo as contas do Banco Central, atingiram o montante de R\$ 304,9 bilhões, situando-se R\$ 25,8 bilhões abaixo do previsto no Decreto em referência (desvio de 7,8%). Incluem-se, nesse total, as despesas com o Projeto-Piloto de Investimentos públicos (PPI) de R\$ 7,8 bilhões passível de dedução da meta do resultado primário do Governo Central, conforme art. 3º da LDO-2008.

51. Os dispêndios com pessoal e encargos sociais totalizaram R\$ 132,4 bilhões, inferior à previsão em R\$ 950,6 milhões (desvio de 0,7%). As despesas com custeio e capital, por sua vez, atingiram R\$ 172,4 bilhões, abaixo do estimado em R\$ 24,8 bilhões (desvio de 12,6%).

52. As despesas não-discricionárias de custeio e capital alcançaram R\$ 62,0 bilhões, abaixo do estimado em R\$ 5,8 bilhões (desvio de 8,6%). Contribuíram para esse desvio as seguintes rubricas: i) subsídios e subvenções econômicas, inferior em R\$ 4,6 bilhões (desvio de 54,2%); ii) despesas custeadas com recursos de doações e convênios e despesas com anistiados abaixo do previsto em R\$ 433,2 milhões (desvio de 60,4%); iii) despesas com fundos de desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia (FDA/FDNE) e com desenvolvimento de ações priorizadas pelos comitês de bacias hidrográficas inferiores ao previsto em R\$ 314,0 milhões (desvio de 46,9%); e iv) indenizações e restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) abaixo do previsto em R\$ 151,3 milhões (desvio de 72,3%).

53. Quanto às despesas discricionárias de todos os Poderes, os dispêndios totalizaram R\$ 108,6 bilhões, abaixo do estimado em R\$ 18,6 bilhões (desvio de 14,6%). Incluem-se nesta rubrica as despesas relativas ao PPI que totalizaram R\$ 7,8 bilhões no ano, R\$ 6,0 bilhões abaixo do previsto no Decreto nº 6.589, de 2008 (desvio de 43,3%).

54. No caso da constituição do Fundo Soberano do Brasil (FSB), o registro na estatística fiscal das operações primárias envolvendo o Fundo de Fiscal de Investimento e Estabilização (FFIE) pelo seu valor líquido (integralizações de cotas menos vendas) impacta o resultado fiscal do Governo Central. Assim, a integralização de cotas do FFIE pelo FSB, no montante de R\$ 14,2 bilhões, realizada em dezembro, representou aumento da poupança pública, com impacto fiscal deficitário no cálculo do resultado primário do Governo Central, conforme previsto no Decreto nº 6.589, de 2008.

55. O RGPS totalizou, em 2008, arrecadação líquida de R\$ 163,4 bilhões e despesas com benefícios previdenciários de R\$ 199,6 bilhões, resultando em déficit de R\$ 36,2 bilhões. Esse déficit foi R\$ 1,9 bilhão inferior à estimativa para o período, representando desvio de 5,0% com relação à meta estabelecida para o período. A arrecadação líquida ficou ligeiramente aquém das estimativas em R\$ 318,2 milhões (desvio de 0,2%). As despesas com benefícios, por sua vez, ficaram R\$ 2,2 bilhões abaixo do estimado (desvio de 1,1%).

56. Relativamente ao resultado primário das estatais federais, o superávit primário no ano de 2008, considerando-se os ajustes referentes às amortizações de dívidas efetuadas por Itaipu Binacional junto ao Tesouro Nacional no valor de R\$ 1,2 bilhão, atingiu o montante de R\$ 15,3 bilhões, inferior, portanto, em 18,5% à meta programada de R\$ 18,7 bilhões. Esse desempenho foi provocado, em parte, pelo pagamento de obrigações contraídas no exercício anterior por empresas do Grupo Eletrobras em montante superior ao previsto inicialmente, em razão da revisão da estratégia negocial das empresas do Grupo.

57. Além disso, Itaipu Binacional, que possui receitas e despesas referenciadas ao dólar americano, também não atingiu a meta programada inicialmente, em função da previsão de resultado primário ter considerado parâmetros de taxa de câmbio superior aos observados no decorrer do período.

58. No entanto, ressaltando-se o disposto no § 1º do art. 2º da LDO-2008, que permite a compensação entre as metas estabelecidas para o Governo Central e para as empresas estatais federais não-financeiras, o superávit primário obtido pelo Governo Federal em 2008 foi de R\$ 85,3 bilhões frente à meta de R\$ 82,1 bilhões.

59. Em vista do exposto, fica aqui demonstrado, para o ano de 2008, o pleno cumprimento da meta de resultado primário do Governo Federal estabelecida nos Decretos de Programação Orçamentária e Financeira.

Respeitosamente,

Arno Hugo Augustin Filho
Secretário do Tesouro Nacional
Ministério da Fazenda

George Alberto de Aguiar Soares
Diretor do Departamento de Assuntos
Fiscais da Secretaria de Orçamento
Federal

EXERCÍCIO DE 2008

ANEXO 1 – LEI Nº 11.514, de 2007, ART. 2º, § 3º, INCISO I

(parâmetros constantes do inciso XXXII do Anexo II desta Lei, esperados e efetivamente observados, para o quadrimestre e para o ano)



EVOLUÇÃO DOS PARÂMETROS MACROECONÔMICOS

Período	Massa Salarial	Inflação - IGP/DI		Inflação - IPCA		Inflação - INPC		Câmbio fim período	Câmbio médio	PIB		
		Var. Média	Var. Acum.	Var. Média	Var. Acum.	Var. Média	Var. Acum.	R\$/US\$	R\$/US\$	R\$ milhões	Variação Real	Deflator
LDO 2008 - Parâmetro de 08.11.2007	11,3%	5,54%	4,00%	3,81%	4,20%	4,12%	4,05%	1,88	1,83	2.765.626	5,00%	4,24%
PLOA 2008 - Parâmetro de 16.07.2007	11,6%	3,97%	4,00%	3,61%	4,00%	3,86%	4,00%	2,04	1,98	2.744.830	5,00%	3,70%
Dec 6.349/2008 - Parâmetro 17.03.2008	12,6%	8,57%	5,65%	4,64%	4,50%	5,18%	4,34%	1,77	1,72	2.837.936	5,00%	5,63%
Dec 6.468/2008 - Parâmetro 12.05.2008	14,7%	9,20%	6,28%	4,97%	4,74%	5,64%	4,99%	1,73	1,71	2.848.758	5,00%	6,03%
Dec 6.519/2008 - Parâmetro 10.07.2008	15,9%	11,84%	11,41%	5,79%	6,40%	6,63%	6,83%	1,65	1,66	2.883.041	5,00%	7,31%
Dec 6.589/2008 - Parâmetro 10.07.2008	15,9%	11,84%	11,41%	5,79%	6,40%	6,63%	6,83%	1,65	1,66	2.883.041	5,00%	7,31%
Dec 6.671/2008 - Parâmetro 10.11.2008	14,7%	11,47%	10,95%	5,73%	6,40%	6,60%	6,84%	2,08	1,79	2.880.150	5,00%	7,17%
Realizado 2008	17,1% /1	11,24%	9,11%	5,68%	5,90%	6,57%	6,48%	2,39	1,83	2.902.672 /2	5,61%	5,80%

Período	Valor US\$ das import. sem comb.	Petróleo BRENT		Aplicações Financeiras	Vol. Gasol. (milhão m3)	Vol. Diesel (milhão m3)	SELIC MÉDIA a.a.	SELIC REAL (IPCA) a.a.	TJLP MÉDIA a.a.
	Var. Acum.	US\$/bbl Média	Var. Média	Var. Média Anual	Var. Média Anual	Var. Média Anual			
LDO 2008 - Parâmetro de 08.11.2007	18,45%	88,74	22,83%	17,20%	2,07%	3,61%	10,82%	6,36%	6,25%
PLOA 2008 - Parâmetro de 16.07.2007	15,45%	72,73	7,64%	20,45%	2,07%	3,61%	10,10%	5,86%	6,25%
Dec 6.349/2008 - Parâmetro 17.03.2008	24,71%	100,67	39,65%	15,25%	2,07%	3,61%	11,34%	6,54%	6,25%
Dec 6.468/2008 - Parâmetro 12.05.2008	32,83%	110,86	53,78%	17,08%	2,07%	3,61%	12,28%	7,20%	6,25%
Dec 6.519/2008 - Parâmetro 10.07.2008	32,15%	125,28	73,78%	19,23%	2,07%	3,61%	12,45%	5,69%	6,25%
Dec 6.589/2008 - Parâmetro 10.07.2008	32,15%	125,28	73,78%	19,23%	2,07%	3,61%	12,45%	5,69%	6,25%
Dec 6.671/2008 - Parâmetro 10.11.2008	41,50%	101,06	40,18%	20,35%	2,09%	3,63%	12,50%	5,73%	6,25%
Realizado 2008	41,01%	96,51	33,87%	19,32%	3,49%	7,71%	12,48%	6,21%	6,25%

Fonte: SPE/MF

/1 Variação acumulada no período de janeiro a novembro de 2008.

/2 O PIB utilizado nas divulgações mensais do Tesouro Nacional e do Banco Central foi de R\$ 2.902,7 bilhões no terceiro quadrimestre (valor preliminar estimado pelo Banco Central, posição de janeiro/08).

EXERCÍCIO DE 2008

ANEXO 2 – LEI Nº 11.514, de 2007, ART. 2º, § 3º, INCISO II

(o estoque e o serviço da dívida pública federal, comparando a observada ao final de cada quadrimestre com a do início do exercício e a do final do quadrimestre anterior)

A) Comparação da posição ao final do 3º quadrimestre em relação à posição do final do quadrimestre anterior.

A Dívida Pública Federal (DPF) de responsabilidade do Tesouro Nacional em mercado passou de R\$ 1.331,6 bilhões, em agosto, para R\$ 1.407,6 bilhões, em dezembro, correspondendo a uma elevação, em termos nominais, de R\$ 76,0 bilhões. Essa variação ocorreu em virtude da apropriação de juros nominais de R\$ 92,8 bilhões, compensada, em parte, pelo resgate líquido de R\$ 16,9 bilhões ocorrido no período.

DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL (DPF) DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREIRO NACIONAL - EM MERCADO Fatores de Variação - 3º Quadrimestre - 2008

INDICADORES	R\$ milhões	% do estoque inicial
Estoque em 31/ago/08	1.331.632	
Estoque em 31/dez/08	1.407.594	
Variação Nominal	75.962	5,70%
I - Gestão da Dívida - TN (I.1 + I.2)	75.962	5,70%
I.1 - Emissão/Resgate Líquido	(16.885)	-1,27%
I.1.1 - Emissões	73.055	5,49%
- Emissões Oferta Pública (DPMFi) ¹	48.669	3,65%
- Emissões Diretas (DPMFi) ²	23.856	1,79%
- Emissões (DPFe) ³	529	0,04%
I.1.2 - Resgates	(89.940)	-6,75%
- Pagamentos Correntes (DPMFi) ⁴	(86.043)	-6,46%
- Pagamentos Correntes (DPFe) ⁵	(3.202)	-0,24%
- Resgates Antecipados (DPFe)	(695)	-0,05%
. Programa de Recompra de Títulos ⁶	(695)	-0,05%
I.2 - Juros Nominais (apropriação por competência)	92.847	6,97%
- Juros Nominais Apropriados da DPMFi ⁷	53.287	4,00%
- Juros Nominais Apropriados da DPFe ⁸	39.560	2,97%

¹ Emissões de títulos da DPMFi que ocorrem principalmente por meio de leilões ou por meio do Programa Tesouro Direto, excluindo títulos da Dívida Securitizada e TDA. Não incluem as operações de troca/permuta de títulos. Os valores referentes aos cancelamentos ocorridos no quadrimestre já estão expurgados desse valor.

² Referem-se às emissões para fins específicos autorizados em lei e às emissões sem contrapartida financeira, para atender aos Programas de Reforma Agrária (TDA), Proex, FIES e FCVS.

³ Referem-se às emissões dos bônus no mercado externo e aos ingressos de recursos relativos aos contratos com organismos multilaterais, bancos privados e agências de crédito.

⁴ Pagamentos de amortizações e juros da DPMFi.

⁵ Pagamentos de amortizações e juros da DPFe mobiliária e contratual.

⁶ Programa de Recompra da DPFe iniciado em janeiro de 2006.

⁷ Contempla a atualização monetária do principal e a apropriação de juros reais da DPMFi.

⁸ Demonstra o efeito da apreciação/depreciação das moedas que compõem a DPFe em relação à moeda nacional, associado à apropriação de juros no período.

Observações:

I - A DPF em mercado compreende as dívidas contratual e mobiliária, interna e externa, de responsabilidade do Tesouro Nacional em poder do público.

II - O estoque da DPMFi é apurado pelo critério de competência, considerando a atualização monetária do principal da dívida e a apropriação mensal de juros, deságios e acréscimos em relação ao indexador dos títulos.

III - O estoque da DPFe é apurado, segundo padrão internacional, com base no estoque (principal + juros apropriados por competência) na moeda de origem, convertido para o dólar e, em seguida, para o real.

De setembro a dezembro de 2008, as emissões da DPMFi somaram R\$ 72,5 bilhões, não considerando as efetuadas para permuta de títulos via leilão e considerando ofertas públicas, emissões diretas líquidas e operações do Programa Tesouro Direto. Os resgates, por sua vez, alcançaram R\$ 86,0 bilhões, gerando resgate líquido de R\$ 13,5 bilhões no período.

Em linha com as diretrizes estabelecidas no Plano Anual de Financiamento – PAF de 2008, as emissões realizadas por meio de oferta pública no mercado doméstico envolveram os seguintes papéis: i) R\$ 25,0 bilhões de LFT (Selic), com vencimentos entre setembro de 2010 e setembro de 2014; ii) R\$ 18,1 bilhões de LTN (prefixados), com vencimentos entre abril de 2009 e janeiro de 2011; iii) R\$ 3,5 bilhões de NTN-B (índice de preços), com vencimentos entre agosto de 2010 e maio de 2045; iv) R\$ 2,0 bilhões de NTN-F (prefixados com juros semestrais) com vencimentos entre janeiro de 2010 e janeiro de 2017.

Destaca-se a emissão de títulos para a integralização de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE pelo Fundo Soberano do Brasil – FSB no montante de R\$ 14,2 bilhões, realizada em dezembro. Esta integralização foi realizada considerando o perfil da dívida mobiliária em mercado, com a emissão de 10.201.373 títulos públicos totalizando R\$ 14.244,0 milhões, sendo R\$ 3.171,5 milhões de LTN com vencimento em 01/01/11, R\$ 4.934,2 milhões de NTN-B com vencimentos em 15/08/12, 15/05/13, 15/08/24 e 15/05/35, R\$ 2.040,9 milhões de NTN-F com vencimentos em 01/01/12 e 01/01/13, e R\$ 4.097,3 milhões de LFT com vencimentos em 07/09/10 e 16/03/11. As emissões foram autorizadas pela Portaria STN nº 736, de 30 de dezembro de 2008.

DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA (DPMFi) - EM MERCADO
Fatores de Variação - 3º Quadrimestre - 2008

INDICADORES	R\$ milhões	% do estoque inicial
Estoque em 31/ago/08	1.235.311	
Estoque em 31/dez/08	1.275.081	
Variação Nominal	39.770	3,22%
I - Gestão da Dívida - Tesouro Nacional (I.1 + I.2 + I.3)	39.770	17,42%
I.1 - Emissão/Resgate Líquido	(37.373)	10,84%
- Emissões Oferta Pública ¹	48.669	3,94%
- Pagamentos ²	(86.043)	6,90%
I.2 - Emissão por Colocação Direta	23.856	2,27%
- Programas de Governo ³	2.936	0,24%
- Outras emissões ⁴	25.068	2,03%
- Cancelamentos ⁵	(4.148)	0,05%
I.3 - Juros Nominais (apropriação por competência) ⁶	53.287	4,31%

¹ Emissões de títulos da DPMFi que ocorrem principalmente por meio de leilões ou por meio do Programa Tesouro Direto, excluindo títulos da Dívida Securitizada e TDA. Não incluem as operações de troca/permuta de títulos, nem os cancelamentos ocorridos no quadrimestre.

² Pagamentos de amortizações e juros da DPMFi.

³ Referem-se às emissões sem contrapartida financeira, para atender aos Programas de Reforma Agrária (TDA), Proex, FIES e FCVS.

⁴ Emissões para fins específicos autorizados em Lei (e.g. permuta de títulos da DPMFi com bancos). Incluem os valores ref. concessões de crédito para o BNDES, cfe Lei 11.605, de 06/11/08.

⁵ Contempla os cancelamentos de títulos, exceto os recebidos em leilões de troca.

⁶ Contempla a atualização monetária do principal e a apropriação de juros reais da DPMFi.

Observações:

I- O estoque da DPMFi é apurado pelo critério de competência, considerando a atualização monetária do principal da dívida e a apropriação mensal de juros, deságios e acréscimos em relação ao indexador dos títulos.

As emissões diretas de títulos da DPMFi totalizaram R\$ 28,0 bilhões e foram realizadas para fazer face a programas de governo, tais como: Reforma Agrária (TDA), Proex (NTN-I), FIES (CFT-E), além da securitização para novação de dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS); concessões de crédito para o BNDES (Lei 11.605/08, de 06/11/08) e permuta por outros títulos.

Com relação à Dívida Pública Federal externa (DPFe), seu saldo encerrou o mês de dezembro em R\$ 132,5 bilhões, o que representa um acréscimo de 37,6% em relação ao mês de agosto de 2008, cujo montante era de R\$ 96,3 bilhões. Esse resultado pode ser explicado, em grande parte, pela depreciação da moeda nacional em relação à cesta de moedas que compõem a DPFe.

Considerando-se os pagamentos correntes e os resgates antecipados, o serviço da DPFe somou, de setembro a dezembro de 2008, R\$ 3,9 bilhões, sendo R\$ 1,8 bilhão referente ao pagamento de principal e R\$ 2,1 bilhões, ao pagamento de juros.

Vale destacar que o Tesouro Nacional não realizou emissões no mercado internacional no período de setembro a dezembro de 2008.

DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe) - EM MERCADO Fatores de Variação - 3º Quadrimestre - 2008

INDICADORES	R\$ milhões	% do estoque inicial
Estoque em 31/ago/08	96.321	
Estoque em 31/dez/08	132.512	
Variação Nominal	36.191	37,57%
I - Gestão da Dívida - TN (I.1 + I.2)	36.191	37,57%
I.1 - Emissão/Resgate Líquido ¹	(3.368)	-3,50%
- Emissões ²	529	0,55%
- Pagamentos Correntes ³	(3.202)	-3,32%
- Resgates Antecipados	(695)	-0,72%
. Programa de Recompra de Títulos ⁴	(695)	-0,72%
I.2 - Juros Nominais (apropriação por competência)	39.560	41,07%
- Juros Acruados ⁵	3.239	3,36%
- Variação Cambial ⁶	36.321	37,71%

¹ Corresponde ao valor total das emissões deduzidas dos pagamentos correntes e dos resgates antecipados da DPFe no quadrimestre.

² Referem-se às emissões dos bônus no mercado externo e aos ingressos de recursos relativos aos contratos com organismos multilaterais, bancos privados e agências de crédito.

³ Pagamentos de amortizações e juros da DPFe mobiliária e contratual.

⁴ Programa de Recompra da DPFe iniciado em janeiro de 2006.

⁵ Saldo dos juros apropriados por competência no quadrimestre.

⁶ Demonstra a valorização/desvalorização das moedas que compõem a DPFe em relação à moeda nacional.

B) Comparação da posição ao final do exercício em relação à posição do início do exercício.

A Dívida Pública Federal (DPF) de responsabilidade do Tesouro Nacional em mercado passou de R\$ 1.345,4 bilhões, em dezembro de 2007, para R\$ 1.407,6 bilhões, em dezembro de 2008, correspondendo a um acréscimo, em termos nominais, de R\$ 62,2 bilhões. Essa variação ocorreu em virtude da apropriação de juros nominais de R\$ 193,8 bilhões, compensada, em parte, pelo resgate líquido de R\$ 131,7 bilhões ocorrido no período.

DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL (DPF) DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - EM MERCADO Fatores de Variação - 2008

INDICADORES	R\$ milhões	% do estoque inicial
Estoque em 31/dez/07	1.345.425	
Estoque em 31/dez/08	1.407.594	
Variação Nominal	62.169	4,62%
I - Gestão da Dívida - TN (I.1 + I.2)	62.169	4,62%
I.1 - Emissão/Resgate Líquido	(131.662)	-9,79%
I.1.1 - Emissões	241.884	17,98%
- Emissões Oferta Pública (DPMFi) ¹	218.914	16,27%
- Emissões Diretas (DPMFi) ²	20.817	1,55%
- Emissões (DPFe) ³	2.153	0,16%
I.1.2 - Resgates	(373.545)	-27,76%
- Pagamentos Correntes (DPMFi) ⁴	(356.964)	-26,53%
- Pagamentos Correntes (DPFe) ⁵	(14.670)	-1,09%
- Resgates Antecipados (DPFe)	(1.911)	-0,14%
. Programa de Recompra de Títulos ⁶	(1.911)	-0,14%
I.2 - Juros Nominais (apropriação por competência)	193.831	14,41%
- Juros Nominais Apropriados da DPMFi ⁷	155.774	11,58%
- Juros Nominais Apropriados da DPFe ⁸	38.056	2,83%

¹ Emissões de títulos da DPMFi que ocorrem principalmente por meio de leilões ou por meio do Programa Tesouro Direto, excluindo títulos da Dívida Securitizada e TDA. Não incluem as operações de troca/permuta de títulos. Os valores referentes aos cancelamentos ocorridos no quadrimestre já estão expurgados desse valor.

² Referem-se às emissões para fins específicos autorizados em lei e às emissões sem contrapartida financeira, para atender aos Programas de Reforma Agrária (TDA), Proex, FIES e FCVS.

³ Referem-se às emissões dos bônus no mercado externo e aos ingressos de recursos relativos aos contratos com organismos multilaterais, bancos privados e agências de crédito.

⁴ Pagamentos de amortizações e juros da DPMFi.

⁵ Pagamentos de amortizações e juros da DPFe mobiliária e contratual.

⁶ Programa de Recompra da DPFe iniciado em janeiro de 2006.

⁷ Contempla a atualização monetária do principal e a apropriação de juros reais da DPMFi.

⁸ Demonstra o efeito da apreciação/depreciação das moedas que compõem a DPFe em relação à moeda nacional, associado à apropriação de juros no período.

Observações:

I - A DPF em mercado compreende as dívidas contratual e mobiliária, interna e externa, de responsabilidade do Tesouro Nacional em poder do público.

II - O estoque da DPMFi é apurado pelo critério de competência, considerando a atualização monetária do principal da dívida e a apropriação mensal de juros, deságios e acréscimos em relação ao indexador dos títulos.

III - O estoque da DPFe é apurado, segundo padrão internacional, com base no estoque (principal + juros apropriados por competência) na moeda de origem, convertido para o dólar e, em seguida, para o real.

Durante todo o ano de 2008, as emissões da DPMFi somaram R\$ 239,7 bilhões, não considerando as efetuadas para permuta de títulos via leilão e considerando ofertas públicas, emissões diretas líquidas e operações do Programa Tesouro Direto. Os pagamentos, por

sua vez, alcançaram R\$ 357,0 bilhões, gerando resgate líquido de R\$ 117,2 bilhões no período.

Em linha com as diretrizes estabelecidas no Plano Anual de Financiamento (PAF) de 2008, as emissões realizadas por meio de oferta pública no mercado doméstico envolveram os seguintes papéis: i) R\$ 85,8 bilhões de LFT (selic), com vencimentos entre setembro de 2010 e setembro de 2014; ii) R\$ 76,0 bilhões de LTN (prefixados), com vencimentos entre julho de 2008 e janeiro de 2011; iii) R\$ 29,7 bilhões de NTN-B (índice de preços), com vencimentos entre maio de 2009 e maio de 2045 e iv) R\$ 27,5 bilhões de NTN-F (prefixados com juros semestrais), com vencimentos entre janeiro de 2010 e janeiro de 2017.

Destaca-se a emissão de títulos para a integralização de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE pelo Fundo Soberano do Brasil – FSB no montante de R\$ 14,2 bilhões, realizada em dezembro. Esta integralização foi realizada considerando o perfil da dívida mobiliária em mercado, com a emissão de 10.201.373 títulos públicos totalizando R\$ 14.244,0 milhões, sendo R\$ 3.171,5 milhões de LTN com vencimento em 01/01/11, R\$ 4.934,2 milhões de NTN-B com vencimentos em 15/08/12, 15/05/13, 15/08/24 e 15/05/35, R\$ 2.040,9 milhões de NTN-F com vencimentos em 01/01/12 e 01/01/13, e R\$ 4.097,3 milhões de LFT com vencimentos em 07/09/10 e 16/03/11. As emissões foram autorizadas pela Portaria STN nº 736, de 30 de dezembro de 2008.

DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA (DPMFi) - EM MERCADO Fatores de Variação - 2008

INDICADORES	R\$ milhões	% do estoque inicial
Estoque em 31/dez/07	1.236.540	
Estoque em 31/dez/08	1.275.081	
Variação Nominal	38.541	3,12%
I - Gestão da Dívida - Tesouro Nacional (I.1 + I.2 + I.3)	38.541	15,11%
I.1 - Emissão/Resgate Líquido	(138.050)	0,00%
- Emissões Oferta Pública ¹	218.914	0,00%
- Pagamentos ²	(356.964)	0,00%
I.2 - Emissão por Colocação Direta	20.817	2,52%
- Programas de Governo ³	5.072	0,41%
- Outras emissões ⁴	26.028	2,10%
- Cancelamentos ⁵	(10.284)	0,00%
I.3 - Juros Nominais (apropriação por competência) ⁶	155.774	12,60%

¹ Emissões de títulos da DPMFi que ocorrem principalmente por meio de leilões ou por meio do Programa Tesouro Direto, excluindo títulos da Dívida Securitizada e TDA. Não incluem as operações de troca/permuta de títulos, nem os cancelamentos ocorridos no quadrimestre.

² Pagamentos de amortizações e juros da DPMFi.

³ Referem-se às emissões sem contrapartida financeira, para atender aos Programas de Reforma Agrária (TDA), Proex, FIES e FCVS.

⁴ Emissões para fins específicos autorizados em Lei (e.g. permuta de títulos da DPMFi com bancos). Incluem os valores ref. concessões de crédito para o BNDES, cfe Lei 11.605, de 06/11/08.

⁵ Contempla os cancelamentos de títulos, exceto os recebidos em leilões de troca.

⁶ Contempla a atualização monetária do principal e a apropriação de juros reais da DPMFi.

Observações:

I- O estoque da DPMFi é apurado pelo critério de competência, considerando a atualização monetária do principal da dívida e a apropriação mensal de juros, deságios e acréscimos em relação ao indexador dos títulos.

As emissões diretas de títulos da DPMFi totalizaram R\$ 31,1 bilhões e foram realizadas para fazer face a programas de governo e emissões para fins específicos, tais como: Reforma Agrária (TDA), Proex (NTN-I), FIES (CFT-E), além da securitização para novação de dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS); concessões de crédito para o BNDES (Lei 11.605/08, de 06/11/08) e permuta por outros títulos.

Com relação à Dívida Pública Federal externa (DPFe), seu saldo encerrou o mês de dezembro em R\$ 132,5 bilhões, o que representa um acréscimo de 21,7% em relação ao mês de dezembro de 2007, cujo montante era de R\$ 108,9 bilhões. Esse resultado pode ser explicado, em grande parte, pela depreciação da moeda nacional em relação à cesta de moedas que compõem a DPFe.

Considerando-se os pagamentos correntes e os resgates antecipados realizados em 2008, o serviço da DPFe somou R\$ 16,6 bilhões, sendo R\$ 7,6 bilhões referentes ao pagamento de principal e R\$ 8,9 bilhões, ao pagamento de juros.

Pelo lado das emissões, vale destacar a reabertura do bônus Global 2017 no mercado internacional, realizada pelo Tesouro Nacional no mês de maio.

DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe) - EM MERCADO **Fatores de Variação - 2008**

INDICADORES	R\$ milhões	% do estoque inicial
Estoque em 31/dez/07	108.884	
Estoque em 31/dez/08	132.512	
Variação Nominal	23.628	21,70%
I - Gestão da Dívida - TN (I.1 + I.2)	23.628	21,70%
I.1 - Emissão/Resgate Líquido ¹	(14.428)	-13,25%
- Emissões ²	2.153	1,98%
- Pagamentos Correntes ³	(14.670)	-13,47%
- Resgates Antecipados	(1.911)	-1,76%
. Programa de Recompra de Títulos ⁴	(1.911)	-1,76%
I.2 - Juros Nominais (apropriação por competência)	38.056	34,95%
- Juros Acruidos ⁵	8.852	8,13%
- Variação Cambial ⁶	29.204	26,82%

¹ Corresponde ao valor total das emissões deduzidas dos pagamentos correntes e dos resgates antecipados da DPFe no quadrimestre.

² Referem-se às emissões dos bônus no mercado externo e aos ingressos de recursos relativos aos contratos com organismos multilaterais, bancos privados e agências de crédito.

³ Pagamentos de amortizações e juros da DPFe mobiliária e contratual.

⁴ Programa de Recompra da DPFe iniciado em janeiro de 2006.

⁵ Saldo dos juros apropriados por competência no quadrimestre.

⁶ Demonstra a valorização/desvalorização das moedas que compõem a DPFe em relação à moeda nacional.

EXERCÍCIO DE 2008

ANEXO 3 – LEI Nº 11.514, de 2007, ART. 2º, § 3º, INCISO III

(o resultado primário obtido até o quadrimestre, discriminando, em milhões de reais, receitas e despesas, obrigatórias e discricionárias, no mesmo formato da previsão atualizada para todo o exercício)



R\$ milhões	
INDICADORES	Realizado 2008 ¹
1. RECEITA TOTAL	554.087
1.1 Receita Administrada pela RFB/MF /2	466.336
1.1.1 Imposto de Importação	17.171
1.1.2 IPI	37.361
1.1.3 Imposto sobre a Renda	179.249
1.1.4 IOF	20.340
1.1.5 Cofins	121.924
1.1.6 PIS/Pasep	31.516
1.1.7 CSLL	44.613
1.1.8 CPMF	1.109
1.1.9 CIDE - Combustíveis	5.944
1.1.10 Outras Administradas pela RFB/MF	7.107
1.2 Receitas Não-Administradas RFB/MF	87.751
1.2.1 Concessões	6.080
1.2.2 Dividendos	13.364
1.2.3 Cont. para o Plano de Seguridade do Servidor	6.627
1.2.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	25.032
1.2.5 Receita Própria (fontes 50 e 81)	10.283
1.2.6 Salário-Educação	8.776
1.2.7 FGTS	1.838
1.2.8 Operações com Ativos	-
1.2.9 Demais Receitas	15.751
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	127.385
2.1 FPE/FPM/IPI-EE	101.881
2.2 Fundos Regionais	2.700
2.2.1 Repasse Total	6.552
2.2.2 Superávit Fundos	(3.852)
2.3 Salário-Educação	5.173
2.4 Compensações Financeiras	15.795
2.5 CIDE - Combustíveis	1.579
2.6 Demais	257
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	426.702
4. DESPESAS	304.850
4.1 Despesas Obrigatórias, exceto RGPS	196.225
4.1.1 Pessoal e Encargos Sociais	132.406
4.1.2 Abono e Seguro-Desemprego	20.411
4.1.3 LOAS	14.087
4.1.4 Renda Mensal Vitalícia	1.949
4.1.5 Sentenças Judiciais	1.574
4.1.6 Compensação aos Estados Exportadores	5.216
4.1.7 Fundo Constitucional do DF	474
4.1.8 FUNDEF/FUNDEB - Complementação	3.174
4.1.9 Subvenções Econômicas / Subsídios / Proagro	3.984
4.1.10 Créditos Extraordinários	9.872
4.1.11 Doações, Convênios e Anistiados	284
4.1.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	600
4.1.13 FGTS	1.838
4.1.14 Transferências ANA e Fundos FDA / FDNE	356
4.2 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	108.625
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB /3	14.244
6. RESULTADO DO TESOUREIRO (3-4-5)	107.608
7. RESULTADO DA PREVIDÊNCIA (7.1-7.2)	(36.207)
7.1 Arrecadação Líquida INSS	163.355
7.2 Benefícios da Previdência	199.562
8. Ajuste Metodológico - Itaipu /4	1.229
9. Discrepância Estatística /5	(1.322)
10. RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL (6+7+8+9) /6	71.308
11. AÇÕES SELECIONADAS NOS TERMOS DO ART.3º DA LEI Nº 11.514, DE 2007 (PPI)	7.837
12. RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL	71.308
13. RESULTADO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS /6	14.036
14. RESULTADO DO GOVERNO FEDERAL (12+13) (*)	85.344
(*) Memo :	
Resultado primário do Governo Federal	85.344
- Governo Central (menos "ajuste metodológico - Itaipu")	70.079
- Estatais Federais (mais "ajuste metodológico - Itaipu")	15.265

Elaboração: STN/MF

/1 Realizado fontes: STN/MF e Banco Central.

/2 Receita Administrada líquida de restituições e incentivos fiscais.

/3 Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

/4 Recursos referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

/5 Diferença entre o primário apurado pelo Banco Central e o primário apurado pela STN (excluído Itaipu).

/6 Realizado fonte: Banco Central.

Obs: Tesouro inclui resultado do Banco Central e operações do FGTS previstas na Lei Complementar 110/2001.